



O ENSINO DE GEOGRAFIA EM RONDÔNIA - UM PROJETO MILITAR

Raiane Florentino¹

 <http://lattes.cnpq.br/4146501230115148>

 <https://orcid.org/0000-0001-8606-1901>

Resumo

Este artigo apresenta três elementos que integram o contexto do ensino de Geografia em Rondônia, que são: i) as políticas educacionais estaduais; ii) a militarização das escolas públicas, fomentado a partir do Decreto n. 10.004/2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim); e iii) o projeto de agrobandidagem que envolve o desenvolvimento do estado e da região da Amazônia Sul-Occidental. Até 2024, foram implementadas dezessete escolas cívico-militares no estado de Rondônia, estando cinco localizadas em Porto Velho. Nesse sentido, foi observado ao longo das disciplinas do curso de licenciatura, uma grande defasagem escolar, o que impacta diretamente na formação de professores do estado. A partir dessa análise e interpretação dos fatos e fenômenos, é possível concluir que a consequência disso é o esvaziamento da crítica dos sujeitos, interligado com o fomento do projeto de exploração florestal, mineral e hídrico, impactando, ainda, na fauna e flora da região, que detém a presença da maior floresta do mundo, a Amazônia.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia, Desenvolvimento Regional, Militarização, Formação de Professores.

GEOGRAPHY TEACHING IN RONDÔNIA - A MILITARY PROJECT

Abstract

This article presents three elements that integrate the context of Geography teaching in Rondônia, which are: i) the militarization of public schools, promoted by Decree no. 10.004/2019, which established the National Program for Civic-Military Schools (Pecim); ii) state educational policies; and iii) the agro-banditry project that involves the development of the state and the South-Western Amazon region. By 2024, seventeen civic-military schools had been implemented in the state of Rondônia, five of which were located in Porto Velho. In this sense, a large academic gap was observed throughout the subjects of the degree course, which directly impacts the training of teachers in the state. From this analysis and interpretation of the facts and phenomena, it is possible to conclude that the consequence is the emptying of the subjects' criticism, interconnected with the promotion of the forestry, mineral and water exploration project, also impacting the

Keywords: Teaching Geography, Regional Development, Militarization, Teacher Training.

Introdução

Os processos de ensino e aprendizagem nos territórios amazônicos, principalmente no tocante à ciência geográfica, perpassam por diferentes ações

¹ Doutora em Geografia (UNESP), Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Porto Velho. Contato: raiane.florentino@unir.br

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM RONDÔNIA - UM PROJETO MILITAR

quando comparados aos demais estados brasileiros, como é o caso do intenso processo de militarização das escolas públicas que teve uma proporção ainda maior nas fronteiras nortistas, como é o caso de Roraima, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Acre e Rondônia.

A militarização das escolas públicas nesses estados cresceu exponencialmente após o Decreto 10.004/19, que, segundo o governo à época, tinha como objetivo “melhorar a qualidade dos ensinamentos fundamental e médio no país, incentivando a participação de militares na gestão de processos educacionais, pedagógicos e administrativos, sem, no entanto, atuarem em sala de aula” (Brasil, 2023).

Nesse sentido, temos que, pelo menos em Rondônia, de um total de 193 mil estudantes, quase nove por cento compõe esse projeto de militarização das escolas, que encontra forte apoio da população rondoniense, onde o autor do decreto, o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, obteve 64,36% dos votos no segundo turno da última eleição presidencial, em 2022; ficando atrás apenas de Roraima, com 69,57% dos votos ao candidato.

O projeto também contou com o apoio do governador reeleito nas últimas eleições, o coronel Marcos Rocha, além do Senador da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, considerado um dos braços direitos do ex-presidente supracitado, Marcos Rogério.

Até o momento, Rondônia possui 17 escolas sob o controle das forças militares (Bombeiros e Polícia Militar); sendo que, na capital, Porto Velho, temos duas escolas administradas pelo Corpo de Bombeiros e três pela Polícia Militar. O caso de militarização mais recente do município ocorreu no final de 2021, transformando o ensino regular da Escola Estadual Petrônio Barcelos, em uma instituição de ensino militarizada, que atualmente se chama Colégio Dom Pedro II e é comandada e administrada pelo Corpo de Bombeiros em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

Assim, perspectivando correlacionar o contexto das problemáticas que envolvem a região norte, mais especificamente o estado de Rondônia, com as implicações do ensino de Geografia, tendo como base que tal relação poderia corroborar com a preservação da floresta amazônica, ao invés da sua devastação. Por exemplo, temos que na Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia), existem 42,97% da extensão territorial da Amazônia Legal e aproximadamente 57% das florestas da região.

Desse total, a maior concentração da floresta do estado de Rondônia está localizada no território da etnia indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Por essa razão, a partir do ensino de Geografia que priorize a crítica dos sujeitos envolvidos, além de sua emancipação e estímulo às práticas de cidadania, entende-se que culminaria em sujeitos interessados e preocupados com a preservação e cuidado com o meio ambiente.

Entretanto, as perspectivas formativas desses sujeitos sociais comprometidos com as questões ambientais e sociais, em integração com a demarcação das terras e proteção dos povos originários, sucumbem ao passo que o militarismo avança na região. Desde seu hino, onde homenageiam os “bandeirantes, destemidos pioneiros”, os rondonienses demonstram orgulho e afeição por militares.

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM RONDÔNIA - UM PROJETO MILITAR

Com isso, entende-se que a forte presença dos militares na administração do estado, além das gestões das escolas públicas, tem sido fator crucial para correlacionar todos esses fenômenos com o nível de alienação e falta de crítica da população em geral, mas mais especificamente dos estudantes, pois grande parte dos ingressantes das licenciaturas são egressos dessas escolas e, nesse sentido, compreendemos que, a partir das concepções de Cavalcanti (2019, 2020), Callai (2017); e Castellar e Vilhena (2010), para além de sua construção conceitual, as práticas e vivências desenvolvidas nos espaços formativos do ensino básico se refletem no ensino superior e vice versa.

Segundo os relatórios do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022), nos anos de 2022 e 2023, Rondônia apresentou altos índices de violência no campo, concentrando inúmeros conflitos agrários, crimes ambientais, além de altas taxas de feminicídio.

Nesse aspecto, pretende-se demonstrar nesse texto, que os resultados apontam que a forte presença de militares e da agrobandidagem (Silva, 2023) em Rondônia influenciou e influencia até hoje em diversas camadas que envolvem tanto os aspectos formativos dos sujeitos sociais, no tangente, principalmente, ao ensino de Geografia; quanto no desenvolvimento socioespacial e socioterritorial do estado em questão.

A pesquisa possui caráter qualitativo e utilizou o método do estudo de caso, pelo fato de ser uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Este método permite o aprofundamento do pesquisador na realidade que se pretende pesquisar, tendo em vista que, como aponta Goldenberg (2011):

[...] o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (Goldenberg, 2011, p. 33).

A metodologia envolveu visitas técnicas às escolas cívico-militares, realização de atividades em sala de aula, a partir da leitura e interpretação de textos; culminando em debates e discussões sobre temáticas pertinentes ao ensino de Geografia, às práticas de cidadania, direitos humanos e da proteção do meio ambiente; além do reconhecimento dos aspectos culturais, socioterritoriais e socioespaciais envolvidos no processo analisado (a militarização das escolas públicas).

O artigo foi dividido em três seções, onde a primeira aborda as políticas educacionais em Rondônia, de modo a demonstrar a militarização presente na administração do estado. A segunda seção apresenta a caracterização das escolas cívico-militares rondonienses, refletindo sobre os processos de ensino e aprendizagem da Geografia; e, por fim, a terceira e última seção discute sobre a militarização dos poderes e a agrobandidagem (Silva, 2023) que ganha magnitude nos espaços amazônicos, impactando na dizimação de etnias indígenas, violências no campo e negligências políticas relacionadas à Educação da população de Rondônia.

Nas considerações finais refletimos sobre a correlação entre esses fenômenos e a repercussão disso na qualidade de vida e formação dos sujeitos sociais que

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM RONDÔNIA - UM PROJETO MILITAR

habitam a Amazônia Sul Ocidental, composta pelo Acre, o noroeste de Rondônia e uma parte do Amazonas. Conforme apontam Wadt, Araújo e Costa (2010, p. 141), essa sub-região “[...] Distingue-se das outras regiões da Amazônia devido a sua formação geológica, que por sua vez condiciona suas características únicas quanto à cobertura florestal, ciclo hidrológico e solos”.

Assim, almeja-se que com a oferta de uma educação de qualidade seja possível colaborar com a formação crítica dos rondonienses, qualificando-os como sujeitos reflexivos, críticos, que exerçam a cidadania, cientes de seus direitos e deveres, protegendo e cuidando do bioma amazônico.

As políticas educacionais e o ensino de Geografia em Rondônia

No período de 2022 a 2024, observou-se que, ao longo das disciplinas do curso de licenciatura em Geografia, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Porto Velho, foram realizadas diversas atividades e trabalhos de campo envolvendo visitas às escolas públicas, tanto as cívico-militares quanto as de ensino regular.

A seguir exibimos alguns registros fotográficos de algumas destas ações, como as visitas técnicas ao Colégio Dom Pedro II, Figura 1, onde houve um diálogo com a Gestão Escolar, composta pelo Diretor, Major do Corpo de Bombeiros, e a Vice-Diretora, civil e pedagoga; para que os discentes tivessem um momento para discutir com os gestores sobre as ações, perspectivas e estratégias de ensino do Colégio para a sua comunidade.



Figura 1. Diálogo com os diretores do Colégio Dom Pedro II, em 2023. Fonte: acervo próprio.

É importante frisar que no diálogo com os gestores do Colégio Dom Pedro II, Figura 2, os mesmos enfatizaram que seguem os currículos escolares comuns, citando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas destacaram que direcionam

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM RONDÔNIA - UM PROJETO MILITAR

os percursos formativos para questões que envolvem valores cívicos, morais e de comportamento/disciplina dos alunos.



Figura 2. Diálogo com Vice-Diretora do Colégio Dom Pedro II, em fevereiro de 2024. Fonte: acervo próprio.

Na oportunidade, também houve um diálogo com professores responsáveis pelas disciplinas de História, Geografia, Português e Artes do Colégio Dom Pedro II. Os educadores relataram que estão na escola desde antes do processo de militarização, o que permitiu conhecer o ponto de vista desses educadores sobre a transição do ensino regular para o cívico-militar.

Julgam que há aspectos positivos neste processo, como:

- i) a disponibilidade da doação de uniformes aos estudantes;
- ii) imposição de regras aos estudantes, gerando menos desorganização nas turmas durante as aulas e intervalos;
- iii) uma mudança no padrão do público alvo, no tangente socioeconômico e, também, de rendimento, pois afirmam que antes, o corpo estudantil era composto pelos moradores dos bairros próximos à escola, considerado, nas palavras do Diretor, como local de “baixo meretrício, usuários de drogas e pessoas pobres, envolvidas com o crime”. Não apontaram questões negativas.

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM RONDÔNIA - UM PROJETO MILITAR

Além disso, os educadores destacaram que, pela forte influência da organização na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), iniciou-se a reforma da infraestrutura da escola, que atualmente, desde o início do ano escolar de 2024, se encontra alojada no espaço da Faculdade São Lucas, Unidade II, localizada também na capital, Porto Velho-RO.

Ademais, comentaram que os alunos que não se adequaram ao novo regimento do Colégio, foram, no momento da transição, convidados a ir para outra instituição de ensino. As novas regras do Colégio consistem em:

- a) cortes de cabelos padronizados, sendo sempre curto;
- b) unhas sem esmalte;
- c) uso de sapatos e vestimentas padronizadas (denominadas “fardas”), estabelecidas pelo Colégio;
- d) hastear e cantar o hino nacional todos os dias, antes do início das aulas;
- e) não darem opinião sobre os assuntos apresentados pelos professores durante as aulas.

Alegam também que os estudantes que permaneceram, porém não tiveram seu comportamento aprovado pela direção, foram “convidados a se retirar” do Colégio.

Caso o aluno infrinja alguma das regras estabelecidas pela direção, eles poderão ser penalizados de acordo com a gravidade da ocorrência, podendo ser compreendida como infração leve, penalizada com advertência, ou uma infração alta, podendo ocasionar a expulsão do estudante, sendo considerada uma punição severa.

No mais, os professores responsáveis pelas disciplinas de Geografia e História, egressos do curso de licenciatura em Geografia e do curso de História da UNIR, ao serem indagados sobre o que mudou nos processos de ensino e aprendizagem em sala de aula, apontaram que não sentiram diferença a respeito do viés crítico e cidadão dos alunos. Na verdade, comentaram que o comportamento dos estudantes melhorou exponencialmente após a transição, o que foi destacado anteriormente como ponto positivo.

Também relatam que abordam os conteúdos estabelecidos pela BNCC, porém ressaltam que os estudantes não podem dialogar sobre os temas, pois é uma normativa da direção que não haja polêmica durante as aulas, então, em suas visões, isso é positivo, pois não há mais alvoroços durante a aula.

Entretanto, compreendemos que o que a gestão escolar entende como “polêmico” nada mais é do que reflexão crítica acerca dos assuntos, fazendo com que, sem isso, os estudantes não participem ativamente das aulas, pois não podem fazer perguntas ou questionar qualquer conteúdo apresentado, o que, interpreta-se como um fato que atinge diretamente o exercício da reflexão crítica sobre os temas pertinentes à uma educação geográfica de qualidade e poderosa.

Corroborando com isso, observamos a consequência dos alunos egressos deste sistema de ensino militarizado ao longo das disciplinas do curso de licenciatura em Geografia. O curso ainda não possui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica (RP), o que impacta no desenvolvimento dos conteúdos metodológicos e pedagógicos ao longo do processo formativo de futuros professores.

Entretanto, a questão da criticidade é ainda mais urgente, pois os alunos possuem dificuldades extremas para ler e interpretar textos, mapas ou até mesmo realizar atividades outras que requeiram menor complexidade, o que dificulta trabalhar conceitos abstratos como Território, Espaço e Região, por exemplo.

Em uma das turmas da disciplina Didática, o desafio foi muito grande, pois os estudantes já possuíam mais idade e, logo, estavam distantes das salas de aula há muito mais tempo do que os demais, que também foram impactados pelo distanciamento, mas por conta do isolamento social em razão da pandemia de Covid-19. Entretanto, ainda que a faixa etária fosse apenas um fator, mas não decisivo, de modo geral a turma não conseguiu compreender os textos básicos e complementares da disciplina, nem tão pouco entender “O que é didática?”.

Como estratégia, a docente solicitou que os discentes ensinassem à turma, no formato de apresentação de seminário e acompanhado de um plano de aula; uma atividade ou ação que eles desempenham em seus trabalhos ou cotidiano. O resultado foi significativo, pois, a partir da imersão na realidade dos estudantes, foi possível ao menos adicionar alguma complexidade e conceituar não apenas o que vem a ser didática, mas como ensinar, para quem ensinar, o que ensinar, e por que ensinar; que são saberes cruciais para atuar e ser professor, conforme aponta Callai (2011).

Contudo, conclui-se que ler e interpretar os textos e acompanhar as discussões em sala são atividades tidas como complexas e de difícil entendimento para os discentes, pois os mesmos não foram mobilizados ou apresentados à momentos de reflexões que gerassem crítica sobre a sua realidade ou a do mundo no período do ensino básico, ocasionando, assim, uma alta defasagem na compreensão de elementos básicos que vão desde o nível textual até mesmo dos problemas que a Amazônia e Rondônia enfrentam, como as queimadas, que, segundo relato deles próprios, em grande parte é praticada de forma inadequada e como hábito cultural.

Nesse aspecto, entendemos que o projeto de militarização de escolas públicas favorece não apenas o esvaziamento da crítica e das reflexões, como também, acentua a precariedade da oferta de uma educação de qualidade para todas as classes sociais. Afirmamos isso, pois, desde a sua origem, a educação militar teve o propósito de servir à classe dominante, e não tivemos motivos durante esta pesquisa para duvidar que esse formato se mantenha. O impacto disso pode ser observado nos indicadores de violências apresentados pela CPT (2022), como sobredito, em diversas disputas por terra, madeira e minerais.

Importante destacar que, para além da exploração de minerais, há a adição de alto teor de mercúrio nos rios, que faz parte do processo, o que contamina as águas e prejudica a saúde da população, pois os rios consistem no local de onde vem a maior parte dos alimentos consumidos pelos habitantes da região: os peixes.

Outro impacto prejudicial aos rios e para os rondonienses tem sido os programas e incentivos que o governo federal, estadual e municipal dão à construção de Usinas Hidrelétricas, e a conseqüente desterritorialização de ribeirinhos, o que influenciou na atividade da piscicultura ao desapropriar muitos pescadores de seus lares.

Somado a isso, há o crescente fenômeno relacionado à mercantilização da floresta amazônica, com o incentivo amortecido pelo discurso do “todos ganham com isso” da venda de crédito de carbono às empresas privadas, financeirizando, assim, a

floresta e transformando as áreas verdes em comércio, além de dizimar etnias de povos originários; e muitos outros.

É possível correlacionar essas questões com o início da história da educação brasileira, que consiste na doutrinação jesuítica sob os povos indígenas, o que compreendemos que integra uma pedagogia associada ao controle das populações indígenas pelo viés da religião, configurando um processo de exploração não apenas da mão de obra como também na captação de recursos naturais e de extensões de terras.

A militarização dos poderes e a agrobandidagem: impactos no ensino de Geografia

A militarização das escolas públicas nas fronteiras nortistas, como é o caso de Roraima, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Acre e Rondônia; cresceu exponencialmente após o Decreto 10.004/19, que, segundo o governo à época, tinha como objetivo “melhorar a qualidade dos ensinos fundamental e médio no país, incentivando a participação de militares na gestão de processos educacionais, pedagógicos e administrativos, sem, no entanto, atuarem em sala de aula” (Brasil, 2023).

Assim, os processos de ensino e aprendizagem nos territórios amazônicos, principalmente no tocante à ciência geográfica, perpassam por diferentes ações quando comparados aos demais estados brasileiros, como é o caso do intenso processo de militarização das escolas públicas que teve uma proporção ainda maior em Rondônia.

Nesse estado, o autor do decreto 10.004/19, Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da República (2018 a 2022), obteve 64,36% dos votos no segundo turno da última eleição, em 2022, ficando atrás apenas de Roraima, com 69,57% dos votos para o candidato.

Foi nesse cenário que o intenso processo de militarização das escolas públicas ganhou apoio da população rondoniense; que, além de desejar a reeleição do autor do projeto, também apoiou a candidatura do governador Marcos José Rocha da Silva (União Brasil-RO), coronel da polícia militar, reeleito nas eleições de 2022; além do senador que integrou o grupo de apoiadores de Bolsonaro na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, Marcos Rogério (DEM-RO).

Até o momento, Rondônia possui 17 escolas, Figura 3, sob o controle das forças militares (Bombeiros e Polícia Militar); sendo que, na capital, Porto Velho, temos duas escolas administradas pelo Corpo de Bombeiros e três pela Polícia Militar.

O caso de militarização mais recente do município ocorreu no final de 2021, transformando o ensino regular da Escola Estadual Petrônio Barcelos, em uma instituição de ensino militarizada, que atualmente se chama Colégio Dom Pedro II e é comandada e administrada pelo Corpo de Bombeiros em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

O projeto de militarização das escolas públicas em Rondônia, como apontam os autores Cleide et. al. (2021) a seguir:

[...] está implantada em cinco (05) escolas em Rondônia, 3 em Porto Velho (Escola Manaus, Escola Tiradentes de PVH e Escola Tiradentes

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM RONDÔNIA - UM PROJETO MILITAR

de Jaci-Paraná), uma em Vilhena e outra em Ariquemes, entretanto duas de PVH são diferentes, a primeira que fica na cidade de PVH atende (quase) exclusivamente de filhos de militares; a escola Tiradentes que fica em Jaci-Paraná foi construída com recursos de compensação da UHE Santo Antônio e a decisão foi do governo na implantação deste modelo (CLEIDE, F.; MORET, A. S.; GOMES, S., 2021).

Tal impulsionamento no militarismo condicionam fatores prejudiciais no tangente ao desenvolvimento local e regional, assim como adiciona desafios e defasagens nos processos de ensino e aprendizagem da Geografia, que possibilitam elementos que contribuíssem com a formação cidadã crítica e reflexiva dos rondonienses, oferecendo elementos indispensáveis para combater a desigualdade e violência que este território sofre desde sua origem.

Rondônia apresenta ainda altos índices de professores com licenciatura em área diferente daquela que lecionam ou até mesmo profissionais que estão atuando sem qualquer formação. Observamos nos últimos dois anos que isto tem correlação com a inadimplência das Secretarias Estaduais e Municipais, vide Figura 3, onde as Secretarias oferecem, até os dias atuais, ensino a distância à muitos ribeirinhos do baixo-Madeira (Rio Madeira), região distante da capital de Porto Velho-RO, onde se concentram a maior parte da população ribeirinha, quilombolas e etnias indígenas da região.

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM RONDÔNIA - UM PROJETO MILITAR

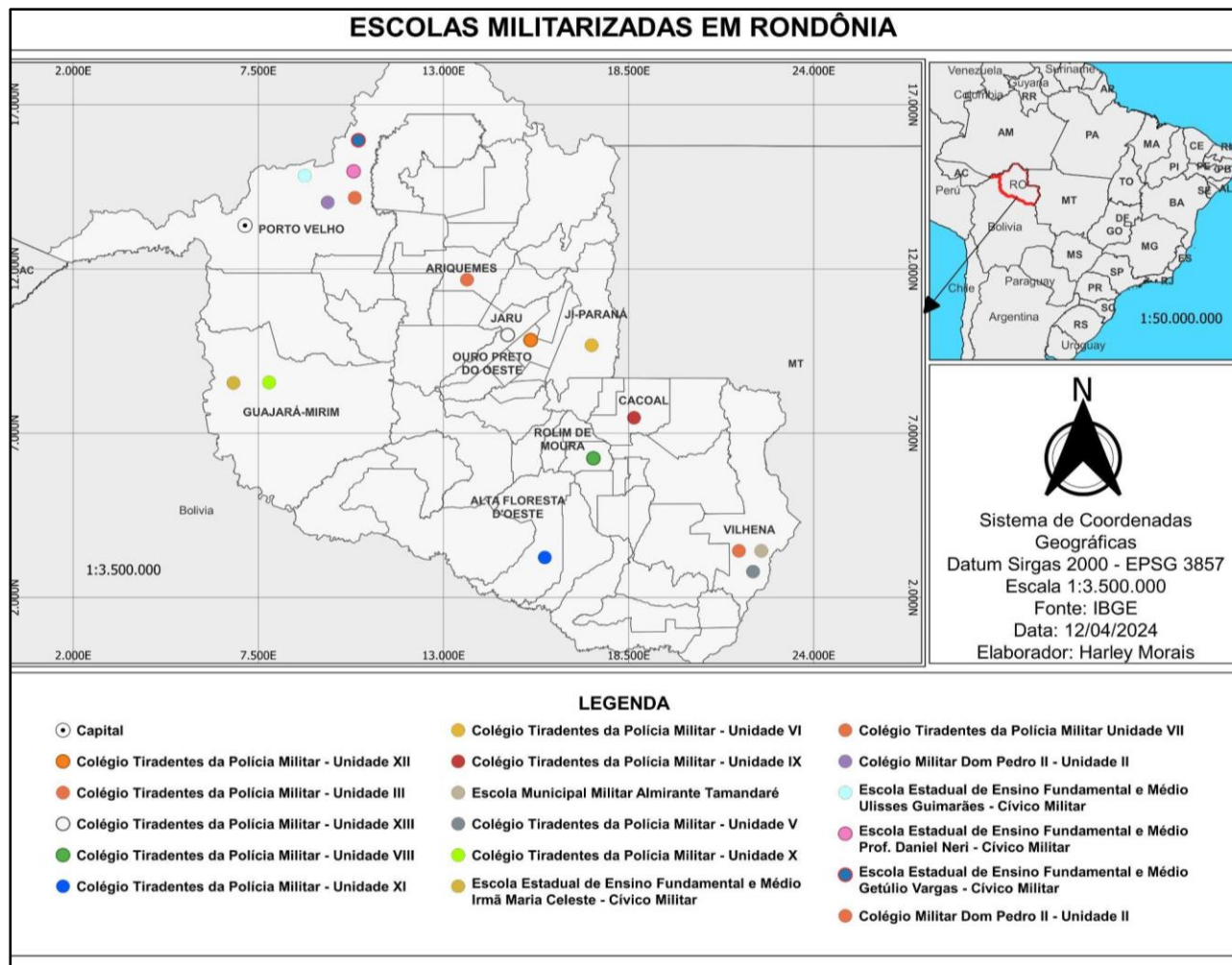


Figura 3. Localização das escolas cívico-militares em Rondônia. Fonte: IBGE (2024). Elaborado por Harley Morais (2024).

REDES – DISTRIBUIÇÃO DAS FRANQUIAS CERVEJARIA RIO NEGRO

O impacto disso foi uma grande evasão dos estudantes, que viram nas atividades laborais uma oportunidade para melhorar sua condição financeira, porém, se afastando cada vez mais de espaços seguros e formativos.

Em 2021, o governador Marcos Rocha (União) assinou o Decreto nº 25.780/2021, que regulamentava o garimpo nos rios, possibilitando a mineração da Cachoeira Santo Antônio até a divisa interestadual.

Como exemplos desse descaso e incentivo ao garimpo, temos casos como estes registrados no formato de fotografias, Figuras 4 e 5, que tiveram seu ápice principalmente nos anos da pandemia de Covid-19 (2020 a 2022), deixando crianças e adolescentes sem acesso à Educação, o que aumentou a presença de muitas delas nas atividades do garimpo; além de concentrar ameaças, disputas e mortes de lideranças indígenas e de movimentos sociais na região.



Figura 4. Oferta de aulas gravadas aos estudantes do baixo-Madeira. Fonte: Tulasi Resende, Amazônia Real, 2022.



Figura 5. Sem acesso à escola, cresce o número de crianças no garimpo em faixa escolar. Fonte: Tulasi Resende, Amazônia Real, 2022.

Conforme entrevista realizada por Thaís Espinosa (2022) com o professor Timaia Nunes, no Baixo-Madeira, região ribeirinha da capital de Porto Velho, compreendemos a razão do aumento de crianças em idade escolar nas atividades de garimpo:

“Um adolescente garimpeiro ganha de 3 mil a 4 mil reais por semana se trabalhar na mineração, informou o professor Timaia Nunes à reportagem. É o valor que ele ouviu de seus alunos e ex-alunos. Conforme relataram os jovens à reportagem, a atividade tem boa lucratividade apenas no verão, época de seca do rio (julho a outubro), quando famílias inteiras costumam se deslocar para trabalhar nas balsas. As meninas trabalham nas cozinhas. Mas algumas seguem para os “bregas”, como são chamados os pontos de exploração sexual” (Espinosa, T., 2022).

O fácil acesso ao garimpo - legalizado a partir do Decreto nº 25.780/2021, revogado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) - ampliou o número de crianças no garimpo, tendo em vista que, principalmente no período da pandemia do Covid-19, não houve assistência ou qualquer incentivo aos estudos, tornando a atividade atrativa, porém, repleta de perigos e situações de violência, como relatado pelo professor ao mencionar a exploração sexual de meninas.

Em 2019, anos antes, os jovens também sofreram por questões envolvendo obstáculos em seu processo de aprendizagem. Foi o caso do esquema que desviava recursos de contratos do transporte escolar fluvial deflagrado pela Operação Ciranda, realizada pela Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF).

A operação buscou desarticular o desvio de recursos de contratos entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Porto Velho-RO e a empresa Flecha. Conforme a Controladoria Geral da União (CGU):

"As investigações indicam que as empresas de um mesmo grupo participavam de licitações para a execução dos serviços de transporte escolar fluvial. Elas simulavam a concorrência perante a administração pública para a escolha da proposta mais vantajosa. A disputa era forjada, pois não efetivou a competição. A fiscalização preliminar da CGU identificou, quanto à execução do contrato, indícios de formação de cartel e conluio entre os concorrentes; a existência de sócios “laranjas”; superdimensionamento de combustível na planilha de composição de custos; armazenamento de combustível de forma irregular e em desacordo com as exigências da licitação. Ainda, verificou-se que tais fatos concorreram para celebração de um contrato superfaturado e que, posteriormente, foi reajustado em desacordo com as suas próprias cláusulas" (Controladoria Geral da União, 2018).

Nos anos seguintes, como já relatado, as aulas presenciais também foram suspensas e ofertadas por meio de videoaulas, a partir de aparelhos de televisão. A consequência disso foi o fechamento de escolas e a intensificação das crianças em espaços que não eram escolares e em atividades e áreas de risco.

Nesse sentido, é urgente compreender o impacto desses processos e da militarização das escolas, de modo a identificar mais elementos como os apresentados nesse texto, além de poder comprovar, divulgar e difundir os resultados à sociedade, visando exterminar essas ações, que não apenas têm cerceado o pensamento crítico da população, como corroborado para o crescimento da violência, inadimplência dos setores administrativos e a devastação dos territórios amazônicos e sua população.

Considerações finais

Compreendemos que as práticas que envolvem o ensino de Geografia, como reflexão, crítica e debates, estão cerceadas pelo termo bastante recorrente no meio militar, que é o “adestramento”, visando o que consideram ser “bom comportamento”, que se traduz no não questionamento, patriotismo e na ausência de discussão sobre os temas apresentados nas aulas, principalmente em épocas de eleição, o que atinge diretamente a oferta de uma educação laica, crítica e de qualidade, onde o aluno tenha presente em seu cotidiano os aspectos que envolvem a cidadania e a crítica para poder compreender e melhorar sua realidade, visando sua emancipação.

O projeto de militarização das escolas encontrou muitos adeptos nos últimos anos, tendo em vista que a população, de modo geral, tem como modelo os Colégios federais, que existem desde a época do Império, e possuem altos índices de rendimento escolar, a exemplo do Colégio Pedro II, que é uma instituição de ensino público federal sediada no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, a recém (e intensa) militarização das escolas não seguem esse modelo. É totalmente diferente.

Está inserida no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), com abrangência nacional, implementada no ano de 2019 a partir do Decreto Presidencial n.º 10.004, dando início a criação das escolas militarizadas por meio de parcerias entre o Ministério da Educação, o Ministério da Defesa e as Secretarias de Educação dos estados e municípios; o que tem ocasionado na alienação e produção de violências contra a população onde estas instituições de ensino têm sido implementadas.

Este processo de alienação gerada pela forte presença e influência dos militares nos territórios ganha magnitude quando compromete o ensino de componentes como a Geografia, por exemplo, que tem como princípio fomentar discussões e reflexões acerca das questões locais, regionais e globais, ocasionando a emancipação e melhora na qualidade de vida dos sujeitos sociais.

Agradecimentos

Para a realização da pesquisa, agradecemos o apoio da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO).

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto revoga programa de escolas cívico-militares do governo Bolsonaro, Brasília, 2023. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/944526-projeto-revoga-programa-de-escolas-civico-militares-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 15/03/2024.

CALLAI, H. C., MORAES, M. M. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, CIDADANIA E CIDADE. ACTA Geográfica, Boa Vista, Edição Especial 2017. pp.82-100, 2017.

CAVALCANTI, L. S. Pensar pela geografia: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, L. S. Formar para a vida urbana cidadã como meta para o professor de Geografia aportes teóricos e ensinamentos da experiência. AGALI journal: journal of social sciences and humanities, Vol. 10, Nº. 10, págs. 45-64, 2020.

CASTELLAR, S. M. V.; VILHENA, J. Ensino de Geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

COSTA SILVA, R. G.. (2024). Agrobandidagem e a expansão da fronteira na Amazônia Sul-Occidental. Boletim de Análise Político-Institucional. pp.45-55. IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12778/5/BAPI_36_Artigo_3_agrobandidagem.pdf>. Acesso em: 15/05/2024.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo: Brasil – 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

ESPINOSA, T. Meninos garimpeiros. Amazônia Real, 2022. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/especiais/meninos-garimpeiros/>>. Acesso em: 11 de junho de 2024.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MORET, A. S. (Org.) Breve diagnóstico do estado de Rondônia: temas para discussão. Coleção Pós-Graduação da UNIR, 165 pp., EDUFRO, 2021.

WADT, P. G. S. ; ARAÚJO, E. A. de ; COSTA, F. S. . Manejo de fertilizantes e resíduos na Amazônia sul-occidental. In: SBCS, Embrapa. (Org.). Manejo e Conservação do Solo e da Água no Contexto das Mudanças Ambientais. , v. 1, p. 141-170. Rio de Janeiro: Embrapa, 2010.

*Recebido em: 13/06/2023
Aprovado em: 13/07/2024
Publicado em: 12/08/2024*

